

**A ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA “CEL. FRANCISCO GARCIA”, DE MOCOCA, COMO EXPRESSÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO (1931-1936)**

Romeu Adriano da Silva<sup>1</sup>

Para tratarmos da questão da educação profissionalizante no Brasil dos anos 1930, faz-se necessário apontar a base material sobre a qual se edificou o Estado político brasileiro — que foi se firmando através de poderosas instituições, organismos, departamentos e um gigantesco alforje de legislações, e à qual corresponderam *determinadas formas de consciência social* — tudo isso orientando o universo institucional, o arsenal de concepções e as práticas referentes à educação no país, resultou de um processo de industrialização que possibilitou a consolidação da hegemonia burguesa nessa formação social da periferia do capitalismo.

A educação escolar profissionalizante constituiu-se, na formação social brasileira, em importante dimensão mediadora no processo de socialização da força de trabalho, pois, para o desenvolvimento e sobrevivência do modo capitalista de produção, é condição necessária a constituição do trabalhador alienado, ajustado a este modo de produção. O capitalismo, porém, apresenta formas peculiares de existência nas diferentes formações econômico-sociais que o constituem (MORAES, 1990).

Segundo Carmen Sylvia V. Moraes,

Embora a sujeição do trabalhador ocorra em todos os lugares e tempos em que as relações de produção capitalistas venham a se constituir, os processos de socialização que produzem essa servidão se diferenciam de acordo com o modo específico de constituição de uma forma social determinada. (...) A instalação das unidades industriais no Brasil foi realizada sob o padrão da grande indústria, através da importação de equipamentos europeus e, depois, americanos. Dessa maneira, ao não atravessar o período manufatureiro, o empresário industrial local não enfrentaria imediatamente a necessidade de destruir o trabalho qualificado preexistente e, sim, o problema de formar e qualificar a força de trabalho para o desempenho das atividades fabris. (MORAES, 1990, p. 01)

---

<sup>1</sup> Doutorando na Área de História e Filosofia da Educação / UNICAMP.

A industrialização ocorrida no Brasil possui suas peculiaridades frente à ocorrida nos países hegemônicos do capitalismo e se constitui num avanço das relações capitalistas de produção, no desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital, e não apenas num progresso técnico (XAVIER, 1990).

O desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital não é apenas **desenvolvimento das forças produtivas**, mas sim o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, ou seja, “*é o reforço da dominação do capital sobre o trabalho*” (SILVA, 1976, p. 20). Não pode haver desenvolvimento das forças produtivas sem que haja relações sociais de produção determinadas. O conceito de forças produtivas **capitalistas** vincula-se a uma forma específica das forças produtivas, cuja natureza e ritmo são determinados por um certo processo de acumulação de capital. Portanto, o conceito de forças produtivas define-se a partir de uma dinâmica específica de acumulação capitalista, que vai além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico.

Traçado o caminho para a consolidação da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, a partir de 1930, teve significativa importância, uma vez que passou a se constituir como o principal gerenciador desse violento processo. Devemos observar que, apesar da construção de uma gigantesca burocracia que possa sugerir a existência de determinados pontos de possível “autonomia do político” — do Estado brasileiro em relação a uma base material e a uma estrutura de classes —, neste momento específico, este Estado já estava sob controle hegemônico da burguesia nacional. Não nos esqueçamos de que tratamos de uma formação social específica, na periferia do capitalismo, para a qual necessariamente não correspondeu um tipo de Estado político nos mesmos moldes daqueles das formações sociais das nações hegemônicas do capitalismo e de que este Estado político foi se constituindo por sobre a base material das relações de produção específicas e das lutas de classes, como expressão desta sociedade civil específica.

Conforme Eneida Shiroma, Maria Célia Moraes e Olinda Evangelista, para Marx, o Estado é violência concentrada e organizada da sociedade:

Longe de ser um princípio superior, racional e ordenador, como queria Hegel, o Estado institui-se, nesse entendimento, como expressão das formas contraditórias das relações de produção que se instalam na

sociedade civil, delas é parte essencial, nelas tem fincada sua origem e são elas, em última instância, que historicamente delimitam e determinam suas ações. O Estado, impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto -, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela. (SHIROMA et. al., 2000. p. 08)

Assim, a importância dessa observação para o estudo da história da educação em geral, e da profissional de modo particular, reside no fato de que

As políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades. É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista. (SHIROMA et. al., 2000. p. 08)

No início dos anos 1930 era permanente o debate sobre a importância da educação escolar e ganhava força, entre intelectuais e políticos, a idéia de que a mesma era estratégica e indispensável para a “modernização” do país, de tal modo que parecia ser na educação que se encontravam o caminho e a panacéia para a construção da “nação”, uma idéia abstrata que impede a visualização da estrutura de classes e das desigualdades sociais e econômicas (portanto, uma idéia vinculada a uma perspectiva de classe), essas também podendo ser resolvidas sem maiores impactos por uma educação formal que atendesse a todos e lhes abrisse o caminho para a “igualdade de oportunidades”. De 1932 a 1936, o ensino público no Brasil cresceu 34%, ao passo que o privado cresceu a uma taxa de 19%. Nesse mesmo período houve um crescimento de escolas mantidas pelos poderes públicos de 2,3%. Quanto aos padrões oficiais de ensino, em 1932, 26% das escolas privadas não os seguiam e, em 1936, esse número caiu para 24%. No ensino elementar, houve um aumento de 53% de alunos concluintes; no ensino de nível médio, o aumento foi de 61%; no de nível superior, de 57%. O número de professores cresceu 27%, saltando de 76.025 em 1932, para 96.161, em 1936. Também no período entre 1932 e 1936 podemos observar o importante movimento de matrículas de alunos em estabelecimentos escolares regulares que salta de 2.274.213, para uma população de 39.152.523, para 3.064.446, para uma

população de 42.395.151, ou seja, enquanto foi de 8% o crescimento populacional, o aumento de alunos matriculados alcançou a casa dos 35% (BRASIL-INEP, 1939, pp. 84, 119 e 121).

A questão da educação formal será, no governo Vargas, crucial para o tratamento da “questão social”. Inverte-se a forma de controle social sobre os pobres? A “questão social” deixaria de ser “um caso de polícia”? Pode ser uma sugestão, na medida em que

(...) nos anos de 1930, esse espírito salvacionista, adaptado às condições postas pelo primeiro governo Vargas enfatiza a importância da ‘criação’ de cidadãos e de reprodução/modernização das ‘elites’, acrescida da consciência cada vez mais explícita da função da escola no trato da questão social: a educação rural, na lógica capitalista, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional de trabalhadores, visando solucionar o problema das agitações urbanas. (SHIROMA et. al. pp. 19-20)

É que, nesse momento, as *agitações urbanas* já se constituíam num um risco para o poder, já apresentavam diferenças quanto ao início da República brasileira, a *República que não foi*:

Na república que não era, a cidade não tinha cidadãos. Para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Ele se relacionava com o governo seja pela indiferença aos mecanismos oficiais de participação, seja pelo pragmatismo na busca de empregos e favores, seja, enfim, pela reação violenta quando se julgava atingido em direitos e valores por ele considerados extravasantes da competência do poder. Em qualquer desses casos, uma visão entre cínica e irônica do poder, a ausência de qualquer sentimento de lealdade, o outro lado da moeda da inexistência de direitos. A lealdade era possível em relação ao paternalismo monárquico, mais de acordo com os valores da incorporação, não em relação ao liberalismo republicano. (CARVALHO, 1987, pp. 162-3)

É altamente significativo que uma das primeiras atitudes do Governo Provisório de Getúlio Vargas tenha sido a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde

Pública<sup>2</sup>. Nação educada, nação saudável, que possa “(...) *restituir ao elemento homem a saúde do corpo e consciência de sua valia, (...) assegurar a transformação do capital humano (...) aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor.* (VARGAS, 1938, apud HORTA, 1994, p. 02)

Raça fortalecida, povo forte, povo produtivo. Germes de um Estado autoritário, corporativo, que culminará com o Estado Novo (1937-1945), de inspiração fascista, dão mostras de que há espaço para que possam proliferar. A criação do Ministério implementa as políticas públicas do Estado brasileiro para a educação, procurando unificar os sistemas estaduais de educação e indicam que há um projeto político-ideológico hegemônico de caráter burguês para o país, do qual a educação escolar será peça fundamental. Uma Reforma do ensino, levada a cabo por Francisco Campos, então Ministro do novo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, levava a acreditar que os problemas da educação brasileira seriam resolvidos por si só, naturalmente, a partir do momento em que fossem tratados e regulamentados por uma legislação que lhes propiciasse os instrumentos necessários. Tal Reforma, imposta através de Decretos que tudo regulamentavam, deixando a nu seu caráter autoritário, procurou, pela primeira vez na história da educação brasileira, atingir os diversos níveis de ensino.

Os decretos são os seguintes: Decreto 19.850, de 11/04/1931: criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto 19.851, de 11/04/1931: dispôs sobre a organização do Ensino Superior no Brasil; Decreto 19.852, de 11/04/1931: dispôs sobre a organização da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Decreto 19.890, de 18/04/1931: dispôs sobre a organização do Ensino Secundário; Decreto 19.941, de 30/04/1931: instituiu o Ensino Religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas; decreto 20.158, de 30/04/1931: organizou o Ensino Comercial e regulamentou a profissão de Contador; Decreto 21.241, de 14/04/1932: consolidou as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (SHIROMA et. al. pp. 18-19).

O indicativo de que havia um consenso acerca da crença nas possibilidades salvacionistas da educação é que, não só no âmbito da ação do novo governo, cuja força aparece nos Decretos que compuseram a Reforma Francisco Campos, submetendo o

---

<sup>2</sup> A Plataforma da Aliança Liberal, que foi divulgada em janeiro de 1930 quando do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas, já colocava lado a lado os problemas da educação e da saúde. Para as questões da saúde, as medidas de saneamento eram consideradas fundamentais. Cf. HORTA (1994).

funcionamento da educação ao controle do Estado — este assumindo as responsabilidades pelo seu funcionamento — havia tal orientação, mas, também, fora do universo da política institucional, era intensa a disputa travada entre liberais e católicos à época, embora ambos estavam de acordo quanto à nova ordem social que se constituía: eram conservadores na sua essência.

Intelectuais e educadores de veio liberal viam com bons olhos determinadas ações governamentais para a educação, uma vez que proclamavam a defesa da educação pública e laica e sob responsabilidade do Estado (desde que o mesmo não lhe exercesse monopólio). Os católicos com eles confrontavam, entretanto, pois defendiam uma educação de caráter privado, subordinada ao controle da família, separando meninas de meninos e voltada para formação da “alma nacional”. Tratava-se de um projeto de recristianização do país, que procurava recolocar a Igreja Católica<sup>3</sup> no espaço de poder que ocupara até antes do início do período republicano (DIAS, 1996) quando da sua separação do Estado, formalizada pela Constituição de 1891<sup>4</sup>.

A existência de medidas governamentais quanto ao trato das questões educacionais não impediram que intelectuais e educadores, inspirados pelos ideais liberais da Escola Nova, lançassem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, do qual transcrevemos excertos do esboço de seu programa educacional, dada a sua relevância para o debate, o que nos sugere a disputa por hegemonia no espaço não só da educação, mas no da política mesmo, demonstrando que o projeto burguês de hegemonia vai recebendo seus contornos.

Vejamos:

I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, às novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;

---

<sup>3</sup> Jamil Cury lembra que a atuação da Igreja Católica, no Brasil, teve um caráter muito específico: esteve muito mais atrelada ao poder político do que, propriamente, à Santa Sé, sendo que sua atuação em instituições de beneficência de educação no período Imperial, por exemplo, foi toda mantida pelo Estado, através da instituição do Padroado (CURY, 1988, pp. 13 e 14).

<sup>4</sup> Na verdade, a separação da Igreja do Estado concretiza-se com o Decreto nº 119-A de 07/01/1890 e a Constituição de 1891 apenas a confirma (NAGLE, 1976, p. 57).

(...)II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, (...) pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos;

(...)III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos e escolas;

(...)IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema de orientação de seleção profissional e adaptação científica do trabalho e aptidões naturais.

(...)VIII. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternas e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares:(...) b) para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares, etc.);

(...)X. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, 'em vista da seleção dos melhores', e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais (classes diferenciadas e escolas especiais). (AZEVEDO, apud RIBEIRO, 1998, pp. 108-110)

A responsabilidade atribuída ao Estado quanto à educação pelos intelectuais e educadores que assinaram o Manifesto, não pode ser desvinculada dos ideais liberais, da leitura liberal do mundo. Antes, tal responsabilidade refere-se ao que, nos países europeus e nos Estados Unidos, já era consolidado: um sistema de educação que fosse um dos principais instrumentos de socialização para a nova ordem capitalista, algo que pudesse inserir as pessoas no espaço da produção e lhes orientasse para adaptações ao novo conjunto de instituições sociais e políticas, ou mesmo de novas noções e princípios (como as questões da cidadania e da democracia, por exemplo), num cenário laico, civil, urbano.

É, pois, no interior deste processo de consolidação das bases materiais da formação social brasileira, bem como da consolidação hegemonia burguesa e também dos feitos do Estado brasileiro e dos debates em torno das questões educacionais, que trataremos que questão da educação profissional no país, tomando como expressão a existência concreta da Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”, de Mococa, município do Estado de São Paulo.

A tese de doutoramento de Carmen Sylvia V. Moraes<sup>5</sup> traz um rico estudo de instituições de ensino profissional no Estado de São Paulo: O *Seminário da Glória*, criado em 1825, para atender à “*mísera orfandade do sexo feminino cuja pobreza é poderoso veículo de tantos costumes e vícios que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas tanto influem na depravação e na estraga geral dos costumes*”<sup>6</sup>; a *Sociedade Propagadora da Instrução Popular*, criada em 1873; o *Instituto dos Educandos Artífices*, criado em 1874, com o objetivo de “*facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial, impedindo assim que por falta dela se desviem do amor ao trabalho e se tornem maus e prejudiciais cidadãos*”<sup>7</sup>; as *Escolas Noturnas da Maçonaria*, sendo a primeira a entrar em funcionamento a da *Loja União e Fraternidade*, de Mogi-Mirim, em 1874; a *Sociedade Protetora da Infância Desvalida (Instituto Anna Rosa)*, criado em 1875; as *Colônias Orfanológicas*, sendo a primeira criada em 1877, na Fazenda São Paulo das Cachoeirinhas; o *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo*, criado em 1883 e o *Liceu dos Salesianos*, criado em 1885.

Estas instituições, públicas ou privadas, salvaguardadas as diferenças entre ambas, primavam pela preocupação em cuidar da formação da infância e da juventude pobres para o trabalho e para as condutas morais vigentes, que correspondessem ao funcionamento da ordem capitalista.

Embora observamos a existência destas instituições de ensino desde o Império e, preservando-se seu caráter de “cuidado” para com os pobres numa sociedade de economia agrícola, há uma reorientação em suas práticas e concepções educacionais que acompanham a transição de uma economia agrícola-exportadora para uma economia de

---

<sup>5</sup> MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH/Dep. de Sociologia, 1990.

<sup>6</sup> Estatutos de 10/08/1825, APESP, Registro de Documentos de Ouro enviadas ao Ministério Público, 1830-1847, Livro 216, lata 78, nº de ordem 436, cap. 36, pg. 36. Citado por BORGES, Wanda Rosa. *A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público*. São Paulo: Loyola, 1980. IN: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH/Dep. de Sociologia, 1990.

<sup>7</sup> Regulamento do Instituto dos Educandos Artífices, aprovado pela Lei nº 52, de 24/04/1874. MORAES, Carmen Sylvia V. *Op. Cit.* p. 19.

base industrial, que adentra a Primeira República e ganha intensidade maior após 1930, com novas forças sociais em luta.

Quanto à educação escolar de caráter não profissionalizante, destinada à classe operária — que também teve importância estratégica para a burguesia —, foram criados cursos e escolas noturnas no Estado de São Paulo, na sua quase totalidade para alunos do sexo masculino e adultos. Havia, em 1917, 139 escolas em São Paulo, 47 delas na capital e 92 no interior, atendendo a 7.763 alunos. Das escolas noturnas do interior, apenas 09 eram para alunos menores, do sexo masculino e apenas 03 eram escolas femininas, atendendo 128 meninas, num total de 4.263 alunos.<sup>8</sup>

Essas escolas funcionavam todas as noites, das dezoito às vinte e uma horas e desenvolviam um curso com as matérias de leitura, escrita, linguagem, aritmética e lições gerais de geometria, de desenho, de higiene, de educação moral e cívica e a respeito das principais aplicações das ciências físico-naturais. Essas disciplinas obedeciam a um programa específico, especialmente dirigido ao tipo de população escolar que visava atingir o aluno operário. Os exercícios de linguagem oral e escrita deveriam

(...) englobar os conteúdos das “lições das cousas”, tratando principalmente das qualidades, emprego, uso e propriedade de corpos e objetos de uso freqüente nas artes e indústrias. Além disso, os alunos seriam exercitados no estudo da língua, através da redação de “cartas simples e recibos” e de composições “sobre fatos relativos à família, à sociedade, à vida operária”. O imaginário dos dominantes a respeito de qual deveria ser a vida e a moral operárias, seu desejo de propiciar a reprodução passiva da força de trabalho por meio da inculcação de valores dignificadores do trabalho e da moral burguesa compatíveis com a sociedade industrial, perpassem o programa escolar como um todo. É aconselhado, por exemplo, que algumas aulas por semana sejam destinadas à leitura suplementar, sendo escolhidos para tal fim livros que contribuam para a educação da vontade, onde são narrados os triunfos da perseverança e exaltadas as alegrias da vida ativa, fecunda e tranqüila do “trabalhador honesto”. (MORAES, 1990, p. 145)

Era pesada a investida moralizante sobre os operários, e os programas escolares procuravam não deixar que nada escapasse: o trabalho era apresentado como fonte de saúde física e moral, como base da felicidade; a dignidade pessoal era atrelada ao amor ao trabalho; as lições de moral e cívica descreviam as obrigações dos pais e dos filhos, bem

---

<sup>8</sup> Anuário do Ensino de 1917, p. 286-7, citado por MORAES (1990, p. 144).

como de que maneira os “vícios” eram os principais desorganizadores da “família”. Uma ética puritana do trabalho? Investidas com força dessa natureza por parte dos dominantes não nos revelam aspectos sutis das lutas de classes, um universo grande de tensões?

No processo de industrialização brasileira há uma significativa relevância das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, daí que não surpreende que, no Estado de São Paulo, já encontramos instituições de ensino profissionalizante voltadas para as atividades industriais, antes mesmo de haver preocupação deliberada do governo da União para com esse tipo de ensino, e de a ordem econômico-social burguesa estar, de fato, consolidada no país.

Mococa, antiga povoação de São Sebastião da Boa Vista, no município de Casa Branca, alçada à categoria de Freguesia<sup>9</sup> pela Lei nº 15, de 05/04/1856 e tornada município em 1871 (Lei nº 29, de 24/03/1871) já despontava, em 1895, como local de grande produção de café. Em 1900 a produção alcançou a casa das 7.500 toneladas. Havia 125 propriedades que cultivavam o produto e, distribuídos entres elas, a farta quantidade de 8.475.000 pés de café. (PALADINI, 1995, p. 130)

Tal situação fez do município não apenas um grande produtor mas, também, uma importante praça cafeeira, que tudo fazia para incentivar o comércio local e para haver possibilidades de desdobramentos das atividades econômicas demandadas pela própria economia cafeeira.

É importante a presença de imigrantes italianos que influenciaram não apenas no crescimento demográfico. Seus investimentos nas atividades comerciais, com seus armazéns de “secos e molhados”, vieram substituir as modestas “vendas” do início do povoado, cujo primeiro estabelecimento data de 1850, de propriedade de Joaquim José Viegas, que se chamava “Venda do Paneleiro”. O comércio de tecidos na cidade data de 1890, quando muitas lojas foram instaladas, sendo que a presença de libaneses, a partir do início do século XX, também tem significativa participação nessas atividades.

O café não só dinamizou as atividades comerciais. Em 1888 têm início as atividades da indústria “J. Nicola e Irmãos”, de propriedade de João Nicola, Mateus Nicola e Pedro

---

<sup>9</sup> Freguesia: circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia, também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cômgrua anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia.

Nicola, começando com a fabricação de rodas d'água e, depois, de máquinas agrícolas, chegando, em 1920, a se tornar uma das principais indústrias regionais, com muitos operários, constituindo-se também, numa espécie de centro de formação de trabalhadores especializados: mecânicos, torneiros, ajustadores e fundidores (PALADINI, 1995, pp. 182-185). Alexandre Cunali, imigrante italiano, chega ao município por volta de 1885. Em poucos anos, funda, em sociedade com amigos um pequeno curtume que, com o passar do tempo, culmina na criação da empresa “Cunali e Francosi”, que chega a atingir um expressivo nível de padrão técnico, vindo a se transformar num grande curtume do Estado de São Paulo, o “Curtume Santa Emília”. O mesmo Alexandre Cunali continua desdobrando suas atividades, chegando, em 1952, a instalar uma usina de açúcar e álcool (PALADINI, 1995, p. 185-186).

Em 1903, é fundado o “Banco do Comércio e Indústria de Mococa”, que tinha como diretor-presidente Francisco Demasi e, em 1905, a “Casa Bancária F. Barreto”, de propriedade de Francisco Muniz Barreto — crédito para a indústria e o comércio locais. Em 1919, é criada uma pequena fábrica de manteiga, por iniciativa dos irmãos Francisco Muniz Barreto e Isabel do Prado Barreto, vindo a se tornar, em 1931, uma nova empresa de laticínios em Mococa.

O período de florescimento das atividades industriais locais fica, pois, entre 1890 e 1940, no qual a atividade cafeeira não deixou de ser dinâmica e altamente significativa, a não ser quando da crise do setor. Em 1935, alguns cafeicultores do município investiram no cultivo do algodão, bem como no seu beneficiamento. No mesmo ano foram criadas duas usinas de beneficiamento do produto.

Assim evoluiu a população de Mococa no período compreendido entre o nascimento e a consolidação das atividades industriais:

<b>Município de Mococa</b>			
<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Nascidos Vivos</b>	<b>Óbitos Gerais</b>
1900	13678	669	223
1910	—	686	336
1920	26157	772	336
1930	—	646	389

1940	26054	614	520
1950	30706	814	319

Fonte: [www.seade.gov.Br/500anos/](http://www.seade.gov.Br/500anos/)

Como podemos observar, há um crescimento populacional significativo — praticamente de 100% — entre 1900 e 1910, seguido de estagnação, chegando mesmo a haver decréscimo, nas próximas duas décadas, entre 1920 e 1940, sendo que as taxas de nascimento e morte permaneceram estáveis. A dificuldade em interpretar esse quadro evolutivo da população do município, particularmente no que diz respeito à estagnação/decrécimo populacional entre 1920 e 1940, reside em dois pontos fundamentais: 1º) na ausência de dados sobre esta população nos anos de 1910 e 1930; 2º) na estabilidade das taxas de nascimento e morte no período. Não encontramos registros de epidemias. Durante o Movimento de 32, quando houve envolvimento sério do município, apenas três pessoas morreram em combate. O certo é que o período é de ampla crise, de depressão econômica, e a hipótese de migração pode ser considerada como sendo coerente frente a essa situação.

Foi no bojo do processo de diversificação da economia e de alterações nas relações sociais no município que, no início do ano de 1930, articularam-se as tentativas de se criar uma escola profissionalizante, a **Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”**. Porém, antes de passarmos a tê-la como foco da análise, vejamos como se configuraram as práticas e instituições educativas até a sua criação.

Data de 1856 a contratação, por “fazendeiros abastados”, de três “mestres-escolas” para oferecer educação diferenciada aos seus filhos. Estes mestres eram João Mendes de Oliveira Brandão, José Germano da Silva e Antônio Rabelo Cysterna. Já o primeiro núcleo de ensino primário, que era particular, foi organizado em 1878, oferecendo um curso com duração de dois anos, com aprendizado de leitura, escrita e aritmética (PALADINI, 1995, p. 207).

O aumento da população, o crescimento da área urbana, com o desenvolvimento do comércio (sustentado pela economia cafeeira) geraram demanda por uma estrutura escolar formal. Assim, no ano de 1900, a Câmara Municipal dotou, em seu orçamento, a verba de 50 mil réis mensais a todos os professores que viessem se estabelecer no município e, em

1901, o governo estadual cria a primeira escola pública no município, o Grupo Escolar “Barão de Monte Santo”. Paralelamente às atividades desta escola, foram sendo criadas várias outras (particulares), entre os anos de 1903 e 1914. São elas: Escola Mista de Arturo Mancusi, Escola Vitório Emanuele, a Escola de João Bonilha, a Escola de Alberto de Melo, a Escola de Joana Trovo, a Escola de Hortência Brandão, a Escola do professor José Germano da Silva e o Colégio Rosa, do professor Rodolfo Garcia Rosa (PALADINI, 1995, p. 209). Essas escolas e o Grupo Escolar “Barão de Monte Santo” atenderam o ensino de nível primário no município.

O ensino de nível secundário em Mococa foi, primeiramente, oferecido por escolas particulares. A primeira instituição de ensino secundário foi o “Colégio Miranda”, criado em 1891, de propriedade de João Delwir Miranda, que era de Minas Gerais e veio a se estabelecer no município para esse fim. Em 1896 foi criado o “Colégio Dr. Galdino de Siqueira” e, em 1898 foi criado o “Ateneu Mocoquense”. A partir de 1900 e 1928, vários outros estabelecimentos de ensino foram criados com o objetivo de complementar os estudos primários: o “Colégio Americano”, o “Colégio de Julieta Lacrete”, o “Externato para Meninas”, o “Colégio da Sagrada Família”, o “Colégio São Paulo Minas”, o “Colégio Espírito Santo”, o “Externato Mocoquense”, o “Colégio Nazareth”, o “Ginásio Paulista” e o “Instituto de Ciências e Letras”. Vale lembrar que eram todas escolas particulares e pequenas, que atendiam a poucos alunos e que a maioria delas não consolidou suas atividades, embora tivessem papel importante no período de expansão do ensino de nível secundário em Mococa. A primeira escola municipal de ensino secundário, o “Ginásio Municipal”, surgirá somente em 1928, alargando-se um pouco mais o atendimento à população escolar (PALADINI, 1995).

A criação da **Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”** não foi iniciativa do governo estadual, nem do governo federal, mas sim de um grupo de pessoas da própria cidade de Mococa, do qual faziam parte fazendeiros, industriais, comerciantes, profissionais da saúde, líderes políticos e professores. É a partir das demandas da própria localidade de Mococa, com suas peculiaridades, que surge a iniciativa para se criar a escola; mas essas peculiaridades locais se articulavam com o desenvolvimento econômico-social paulista e com o brasileiro como um todo, construindo-se também dentro deste todo.

Os decretos de criação e autorização de funcionamento da escola no município nos aponta as responsabilidades do mesmo:

Decreto nº 4.730, de 05 de junho de 1930,

Localisa uma Escola Profissional Mixta em Mococa. O Doutor Heitor Teixeira Penteadó, Vice-Presidente do Estado, em exercício, usando da autorisassão que lhe confere a lei nº 1.709, de 27 de Dezembro de 1919, artigo 2º, Decreta:

Artigo único. – Fica localizada uma Escola Profissional Mixta em Mococa, de accôrdo com a lei nº 1.709, de 27 de Dezembro de 1919, com a organização e sob as condições previstas no decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, aprovada pela lei nº 2.095, de 24 de Dezembro do mesmo anno”.<sup>10</sup>

“Decreto nº 5.113, de 17 de julho de 1931:

O CORONEL João Alberto Lins de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo,

Decreta:

Fica o Secretario da Educação e Saúde Publica, autorizado a entrar em entendimento com **a Prefeitura Municipal de Mococa**, para o funcionamento immediato dos cursos de marcenaria e mechanica da Escola Profissional da mesma cidade, **desde que essa prefeitura deposite no Thesouro do Estado a importancia necessaria ao pagamento das despesas decorrentes.**

Artigo 2º - Enquanto prevalecer esse accôrdo, os mestres e o director do estabelecimento serão nomeados em commissão, pelo **Governo e os demais funcionarios contractados pela Prefeitura**, com aprovação da Directoria Geral do Ensino.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrario.<sup>11</sup> (*Grifos nossos*)

O conteúdo desses Decretos revela as amplas responsabilidades de criação e funcionamento da escola, pelo menos nos seus momentos iniciais, era da prefeitura municipal: o Governo do Estado assumiria os compromissos quanto à contratação do diretor e dos professores da escola, enquanto as despesas de ordem operacional e a contratação de funcionários ficariam a cargo da prefeitura.

Se não havia ainda, no país, um governo que deliberadamente abrigasse a classe proprietária industrial e garantisse a ordem necessária para sua reprodução, o movimento do capital já estava dado e impunha o desenvolvimento das forças produtivas sob seu

---

<sup>10</sup> Livro de Registro das Ocorrências e Fatos de maior relevo, que dizem respeito à Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”.

<sup>11</sup> Idem.

domínio, cuja maturidade caracteriza-se pela industrialização e pelas configurações sócio-políticas e cultural-ideológicas que lhe são próprias.

Trechos de duas atas que tratam da criação da escola nos revelam aspectos importantes em torno da questão. Vejamos:

Acta da 1ª. reunião convocada para organização e instalação da Escola Profissional de Mococa.

Aos desesseis dias do mês de março de mil novecentos e trinta, nesta cidade de Mococa (...), o Sr. Presidente abriu a sessão e explicou ligeiramente os seus fins, **pedindo o apoio moral e material de todos os elementos sociaes do município, sem distinção de quem quer que seja e sem cor política**, para a realização e instalação entre nos da Escola Profissional Mixta, Campo de Experiencia e Posto de Monta, convidando em seguida, o Sr. Professor Waldomiro expoz **detalhadamente o alcance dessas tres realizações**, a começar pelo Posto de Monta e Campo de Experiencia e a terminar **na Escola Profissional Mixta, explicando detalhadamente os fins e importancia de cada uma.** (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Dr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e para constar, eu, João Augusto Filho, Secretário, fiz e assigno a presente acta com o Dr. Presidente.

(aa) Manuel Carlos de Siqueira - Presidente  
João Augusto Filho – Secretario.”<sup>12</sup> (*Grifos nossos*)

“Acta da 1ª. reunião da Comissão Organizadora da Escola Profissional Mixta etc.

Aos desesete dias de março de mil novecentos e trinta, (...), foi aberta a reunião e tomadas as seguintes deliberações: (...)foi apresentada pelo Dr. Presidente uma relação de nomes para constituirem as diversas sub-comissões, sendo, para comissão technica os seguintes senhores: **Francisco Lima de Sousa Dias, Dr. Gabriel da Silva Dias, Prof. Waldomiro Prado da Silveira, Dr. José Octaviano de Figueiredo, Colombo Meirelles**, para escolha de terreno, localização da escola. Segunda sub-comissão, (...) Para terceira comissão para entendimentos com o Governo do Estado os seguintes senhores: **Oscar Villares, João Baptista de Lima Figueiredo e Dr. Francisco Pereira Lima.** Para comissão encarregada de angariar donativos: **Cap. Francisco Muniz Barreto, João Nicola, Major José Quintino Pereira, Francisco Demasi, Paschoal Ranieri, Abraão Venturi, Alexandre Cunali, Dr. Augusto Barretto Filho, José Pereira Lima Filho e João Baptista de Lima Figueiredo.** (...) Pedio a palavra o Sr. **José Colombo Meirelles** leu uma representação dos **negociantes e industriaes moradores no Bairro da Estação, lembrando a conveniência da localização da Escola naquelle Bairro.**(...) designado pelo Sr. Dr. **Presidente o Prof. Waldomiro Prado da**

---

<sup>12</sup> Ibidem.

**Silveira, este, fes uma exposição detalhada do que seja uma Escola Profissional e seus fins, fasendo sentir que será de todo pronto, mais conveniente que ella seja installada em ponto central da Cidade.** Pelo Dr. Presidente foi feito um apelo á colonia Italiana desta Cidade, **para que esta ceda, a titulo gratuito ou por preço modico o prédio que vinha construindo, para uma escola.** (...) Eu, **João Augusto Filho**, Secretario, a escrevi e assigno e resalvo. (aa) **João Baptista de Lima Figueiredo – Manuel Carlos de Siqueira – João Augusto Filho.**<sup>13</sup> (*Grifos nossos*)

Os envolvidos nos esforços para criação da escola, Francisco Lima Sousa Dias (não identificado), Gabriel da Silva Dias (não identificado), Waldomiro Prado de Siqueira (professor), José Octaviano de Figueiredo (médico membro do PRP), Colombo Meireles (não identificado), Oscar Villares (dentista e membro do PRP), João Baptista de Lima Figueiredo (produtor de café e cana-de-açúcar, membro do PRP), Francisco Pereira Lima (fazendeiro, prefeito pelo PRP), Francisco Muniz Barreto (proprietário do Banco F. Barreto de fábrica de Laticínios), João Nicola (industrial), José Quintino Pereira (cafeicultor, acionista do Banco F. Barreto e membro do PRP), Francisco Demasi (comerciante), Paschoal Ranieri (não identificado), Abraão Venturi (não identificado), Alexandre Cunali (industrial), Augusto Barreto Filho (não identificado), José Pereira Lima Filho (não identificado) e João Augusto Filho (não identificado), foram conclamados (e se conclamaram) a dedicar e buscar **apoio moral e material**, de pessoas e instituições, não importando sua **cor política**. Tal empreendimento era compreendido como um feito importante para o **progresso** local (e também da **Pátria**), que a todos beneficiaria, algo que estaria acima das diferenças sociais. É pena que não foi registrada nas atas a **“exposição detalhada do que seja uma Escola Profissional e seus fins”**, feita pelo professor Waldomiro Prado de Siqueira. Nos chamou a atenção a **“representação dos negociantes e industriaes moradores no Bairro da Estação, lembrando a conveniência da localização da Escola naquelle Bairro...”**

A criação da escola estava na pauta das discussões políticas do município e era relacionada, de perto, com as possibilidades de avanços determinados na sociedade mocoquense: formação de mão-de-obra para as atividades industriais locais? Inserção social dos estudantes no mercado de trabalho e aumento de renda para suas famílias? Preocupação com a ociosidade dos que não freqüentavam a escola? Vejamos o que diz um

---

<sup>13</sup> Ibidem.

trecho do jornal “A Mococa”, que procura ressaltar a importância participação do PRP (Partido Republicano Paulista) na criação da escola:

Política Constructora do P.R.P. – Escola Profissional Mixta Cel. Francisco Garcia.  
Supérfluo seria quereremos demonstrar a grande importância de uma Escola Profissional, pois não há quem o não reconheça.  
(...) Quantos jovens, de ambos os sexos, não permaneceriam indolentemente em suas casas ou não ficariam a vagar pelas ruas em completa **ociosidade, seguindo os caminhos dos vícios e do mal**, se não existissem essas escolas que os acolhem **bondosamente**, fazem com que applicuem suas actividades e iniciativas juvenis, e lhes ensinam, além da instrução que lhes ministram, alguma arte **que os torne apto para a labuta da vida e para um viver honesto e util a si, aos seus e á pátria**. Quantos jovens não estariam hoje expiando crimes nas prisões do Estado se não tivessem sido acolhidos por estas escolas, que fizeram deles **indivíduos honrados e laboriosos**. (Jornal “A Mococa”, 02/09/1934 – *Grifos nossos*)

Um misto de educação e beneficência: essas escolas acolhem **bondosamente** os alunos. É flagrante, também, o discurso moralizador sobre aqueles que, nessas escolas, eram preparados para o trabalho: o objetivo não era apenas o de torná-los aptos **para a labuta da vida** mas, também, o de retirá-los da **ociosidade, dos caminhos dos vícios e do mal**. Importante papel de uma escola profissionalizante para a ordem capitalista: fazer dos alunos indivíduos **honrados e laboriosos**.

O jornal “A Mococa” também atribui à escola, além do que apontamos acima, uma importância para o “**progresso local**”.

Vejamos:

#### **MELHORAMENTOS LOCAES**

A Camara Municipal desta cidade realizou, a 8 do corrente, uma sessão extraordinária, para o fim de tratar de assumptos **de grande importância e que se relacionam, de perto, com o progresso local**. Assim, é que, em relação á criação da Escola Profissional Mixta, foi, pelo Exmo. Snr. Dr. Manoel Carlos de Siqueira, illustre Presidente dessa Edilidade, apresentada a seguinte indicação:Tendo a Societá Operaria Italiana de Mutuo Socorro “Nuova Italia” (Sociedade Operaria Italiana de Mutuo Socorro “Nova Italia”), em officio de 23 de março proximo passado communicado á Commissão Constructora de uma Escola Profissional Mixta nesta cidade e de que faço parte, como Presidente, que em Assembléia Geral realisada na vespera , havia deliberado ceder ou doar, gratuitamente, o prédio da sua propriedade,

em construção, á Rua Dr. Muniz Barreto, (...)para a instalação daquela escola, com o respectivo terreno(...)  
(Jornal A MOCOCA, 27/04/1930 – *Grifos nossos*)

**Melhoramentos locais** que, nos jornais da época, eram indicativo de “*progresso moral e material*”. Vejamos mais um trecho do “A Mococa”, agora quando da inauguração oficial da escola, em 1932:

A população mocoquense deve estar hoje exultante de contentamento. A 1 hora da tarde desta data, já previamente designada, dar-se á a inauguração oficial da Escola Profissional Mixta Francisco Garcia. E os mocoquenses estão de parabéns. É o inicio dessa obra magnífica e realizadora aqui emprehendida graças aos esforços inquebrantáveis de todo o nosso povo, sem **distincção de classes nem de credos políticos**. **É a suprema realização de um ideal acalentado por espiritos benfasejos e que tanto se dedicam as obras de progresso moral e material desta boa e alentada terra paulista**. É a ventura a entrar-nos pelas portas a dentro, para entoar connosco hosannas a essa obra de verdadeiro patriotismo, qual seja, o de **cooperar com os poderes dirigentes na educação profissional do povo brasileiro**. (MOCÓCA-JORNAL, 03/01/1932 – *Grifos nossos*)

**Progresso moral e material:** embora a palavra **ordem** não esteja presente para completar o lema, temos presente a orientação positivista, ideologia tão presente no Brasil, desde as concepções políticas e científicas até as expressões da vida cotidiana das pessoas: **integração** entre as classes sociais, cooperação com **poderes constituídos...** Não podemos deixar de chamar a atenção, também, para as concepções idealistas que aparecem no discurso que destacamos deste jornal: a criação da Escola Profissional Mixta “Francisco Garcia” foi considerada como sendo “*a suprema realização de um ideal acalentado por espiritos benfasejos*”.

O discurso patriótico, nacionalista, articulado ao positivismo, também estará presente quando do Movimento Constitucionalista de 1932, momento em que as oligarquias paulistas entram em dissidência com o Governo Vargas numa história de “*muitos desenganos*” (BORGES, 1979). Mococa será palco importante de batalhas, dada sua importância estratégica (o município é fronteiro com o Estado de Minas Gerais). As lideranças políticas locais (proprietárias ou vinculadas a proprietários) conclamam muitos

mocoquenses a comporem uma **cruzada** contra o que chamavam de “**dictadura que tenta escravisar, eternisando-se comodamente no poder**”:

INSCRIÇÃO DE VOLUNTARIOS DO EXERCITO  
CONSTITUCIONALISTA.

O Estado de S. Paulo está de pé, pelo Brasil que a **dictadura tenta escravisar, eternisando-se comodamente no poder.**

**Cada municipio é uma célula que vibra de entusiasmo pela santa cruzada. Cada cidadão é um baluarte vivo contra tirania.**

Mocóca **está integrada no glorioso movimento**, de que é pioneira a Terra Bandeirante, e que empolga, de extremo a extremo, **em fraternal solidariedade, todas as classes que formam o grande povo brasileiro.**

(...) O livro de Inscrições de Voluntarios, que se acha aberto na Prefeitura, guardará, para transmitir á História, os nomes dos que gerem e sabem tudo sacrificar pela grandeza da Patria, ingressando no Exercito Constitucionalista.

Dr. Gabriel Pinheiro -Prefeito Municipal

Ramão Gomes -Comandante de Batalhão.

(MOCÓCA-JORNAL, 17/07/1932 – *Grifos nossos*)

Que a **ordem** não seja ameaçada por conflitos, que São Paulo lute pelo Brasil, num movimento que possa unir, “**em fraternal solidariedade, todas as classes que formam o grande povo brasileiro**”, que cada município paulista seja uma “**célula que vibra de entusiasmo**”. Concepção de funcionamento solidário, fraterno, harmonioso da sociedade. Concepção de funcionamento das sociedade humanas como similar a um organismo biológico: **célula que vibra...** Como podemos observar, concepções caras ao Positivismo.

É amplo, portanto, o cenário econômico-político e social do município de Mococa quando dos primeiros momentos das atividades da Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”, e também, é forte o conteúdo das notícias e matérias veiculados pelos jornais locais, que revelam aspectos ideológicos claros do momento.

A escola está em funcionamento. Apresentamos um quadro que revela seu perfil durante período de seu funcionamento por nós delimitado:



**ASPECTOS DA ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA “CEL. FRANCISCO GARCIA” – 1931-1936**

<b>ANO</b>	<b>FUNCIONÁRIOS</b>	<b>PROFS. CULT. GERAL</b>	<b>MESTRES CULT. PROFISSIONAL</b>	<b>CURSOS</b>
1931	01- Diretor; 01 G.Livros; 01 Escriturário; 01 Porteiro; 02 Serventes.	01 – Prof. de Desenho	01 – Mestre de Marcenaria; 01 – Mestre de Mecânica.	Marcenaria Mecânica
1932	01 -Diretor; 01 - G.Livros; 01-Escriturário; 01 - Porteiro; 02 - Serventes.	01 – Prof. de Matemática; 01 – Prof. de Desenho.	01 – Mestre de Marcenaria; 01 – Mestre de Mecânica; 01 – Mestre de Tornearia; 01 - Mestre de Fundição; 01 – Mestre de Ferraria; 01 – Mestra de Costura; 01 – Mestra de Bordado.	Marcenaria Mecânica Corte e Costura Bord. e Roupas Branca
1933	01 - Diretor; 01 - G.Livros; 01-Escriturário; 01 - Porteiro;	01 – Prof. de Matemática; 01 – Prof. de Desenho; 01 – Prof. Economia Doméstica	01 – Mestre de Marcenaria; 01 – Mestre de Mecânica; 01 – Mestre de Tornearia; 01 - Mestre de Fundição;	Marcenaria Mecânica Corte e Costura Bord. e Roupas Brancas

	04 - Serventes.		01 – Mestre de Ferraria; 01 – Mestra de Costura; 01 – Mestra de Bordado; 01 – Mestre de Laticínios; 01 – Auxiliar de Mecânica; 01 – Ajudante de Marcenaria; 01 – Lustrador; 01 – Forneiro.	Laticínios Economia doméstica
1934	01 - Diretor; 01 - G.Livros; 01-Escriturário; 01 - Porteiro; 04 - Serventes.	01 – Prof. de Matemática; 01 – Prof. de Desenho; 01 – Prof. Econ. Doméstica; 01- Prof. de Português.	01 – Mestre de Marcenaria; 01 – Mestre de Mecânica; 01 – Mestre de Tornearia; 01 - Mestre de Fundição; 01 – Mestre de Ferraria; 01 – Mestra de Costura; 01 – Mestra de Bordado; 01 – Mestre de Laticínios; 01 – Auxiliar de Mecânica; 01 – Ajudante de Marcenaria; 01 – Lustrador; 01 – Forneiro.	Marcenaria Mecânica Corte e Costura Bord. e Roupas Brancas Laticínios Economia doméstica
1935	01 - Diretor;	01 – Prof. de Matemática;	01 – Mestre de Marcenaria;	Marcenaria

	<p>01 – G. Livros; 01-Escriturário; 01 - Porteiro; 04 – Serventes.</p>	<p>01 – Prof. de Desenho; 01 – Prof. Econ. Doméstica; 01 - Prof. de Português; 01 – Profa. de Desenho; 01 – Profa. Ajud. Ec.Doméstica</p>	<p>01 – Mestre de Mecânica; 01 – Mestre de Tornearia; 01 - Mestre de Fundição; 01 – Mestre de Ferraria; 01 – Mestra de Costura; 01 – Mestra de Bordado; 01 – Mestre de Laticínios; 01 – Auxiliar de Mecânica; 01 – Ajudante de Marcenaria; 01 – Lustrador; 01 – Fornoiro; 01 – Mestre de Entalhação; 01 - Subst. Efetiva de Costura; 01 – Subst. Efetiva de Bordado.</p>	<p>Mecânica Corte e Costura Bord. e Roupas Brancas Laticínios Economia doméstica</p>
1936	<p>01 - Diretor; 01 – G. Livros; 01-Escriturário; 01 - Porteiro; 05 – Serventes; 01–</p>	<p>01 – Prof. de Matemática; 01 – Prof. de Desenho; 01 – Prof. Econ. Doméstica; 01 - Prof. de Português; 01 – Profa. de Desenho;</p>	<p>01 – Mestre de Marcenaria; 01 – Mestre de Mecânica; 01 – Mestre de Tornearia; 01 - Mestre de Fundição; 01 – Mestre de Ferraria; 01 – Mestra de Costura;</p>	<p>Marcenaria Mecânica Corte e Costura Bord. e Roupas Brancas Laticínios Economia doméstica</p>

	Insp.Almox.	01 – Profa. Ajud Ec.Doméstica; 01 – Prof. Plástica; 01 – Auxiliar Dispensaria.	01 – Mestre de Bordado; 01 – Mestre de Laticínios; 01 – Auxiliar de Mecânica; 01 – Ajudante de Marcenaria; 01 – Lustrador; 01 – Fornoiro; 01 – Mestre de Entalhação; 01 - Subst. Efetiva de Costura; 01 – Subst. Efetiva de Bordado; 01 – Mestre Modelador.	
<p>Observação: de 1933 a 1936 foram mantidos 3 Professores para o período noturno: Cultura Geral - 01 de Matemática, 01 de Desenho. Cultura Profissional - 01 Mestre de Costura. Em 1933 havia 80 alunos no Curso de Mecânica Aplicada e Desenho e 53 alunos no Curso de Corte e Costura.</p>				

Fonte: Os dados foram colhidos a partir de livros de registros diversos da escola e de edições do jornal “GAZETA DE MOCOCA”.

Entre 1931 e 1936 existiram na escola seis cursos diferentes, para meninos e para meninas, bem como para adolescentes. Na fotografia abaixo, temos aspectos do funcionamento da Marcenaria da Escola, em 1932:

No interior da escola eram fabricados móveis como camas, guarda-roupas e poltronas, que eram expostos e colocados à venda. As confecções (vestidos, roupas infantis, etc.) produzidas nos cursos de **corte e costura** e **bordados e roupas brancas**, também tinham o mesmo destino, assim como se procurava traçar “destino” das meninas moças submetidas à educação profissional no período: o lar, sua *verdadeira função social*<sup>14</sup>.

É difícil conhecermos exatamente o destino dessas pessoas, depois de terem passado pela escola. Os livros de registros internos que consultamos não nos trazem informações acerca dos alunos egressos, mas somente do movimento de alunos por curso, conforme o quadro abaixo:

<b>ANO</b>	<b>CURSO</b>	<b>MOVIMENTO DE ALUNOS</b>
1931	Marcenaria	32
	Mecânica	31
1932	Marcenaria	53
	Mecânica	62
	Corte e Costura	54
	Bord. e Roupas Brancas	44
1933	Marcenaria	60
	Mecânica	56
	Corte e Costura	84
	Bord. e Roupas Brancas	59
	Laticínios	12

<sup>14</sup> Um emblemático exemplo disso é um documento de 1929 da Escola Profissional “Carlos de Campos”, do município de São Paulo, voltada para a educação profissional de meninas e moças, com cursos de “*Confecções e Côte, Roupas Brancas, Rendas e Bordados, Chapéus e respectivos enfeites, Flores e artes applicadas, Desenho Artístico e Pintura, Desenho e Curso Commercial*”, no qual encontramos o seguinte registro sobre os processos de ensino-aprendizagem: “(...) *a produção das officinas não é industrializada (...) a nossa principal preocupação é a educação technica e moral das moças que nos são confiadas (...) A cadeira de economia domestica e puericultura tem como escopo a formação de verdadeiras donas de casa. Procura a Escola, como órgão de educação, attrahir a mulher para o lar, que é a sua verdadeira função social*”.

	Economia Doméstica	38
1934	Marcenaria	42
	Mecânica	—
	Corte e Costura	15
	Bord. e Roupas Brancas	18
	Laticínios	09
	Economia Doméstica	—
1935	Marcenaria	—
	Mecânica	52
	Corte e Costura	27
	Bord. e Roupas Brancas	48
	Laticínios	—
	Economia Doméstica	28
1936	Marcenaria	48
	Mecânica	—
	Corte e Costura	—
	Bord. e Roupas Brancas	42
	Laticínios	15
	Economia Doméstica	31

Fonte: Livros de Matrículas e Registros de Diplomas - Escola Profissional Mixta “Cel. Francisco Garcia”

No jornal “*Gazeta de Mococa*” encontramos algumas informações sobre aspectos do alcance que alguns dos cursos oferecidos pela escola tiveram na sociedade mocoquense e na vida social dos alunos da escola, que é um importante indicativo da inserção da escola em algumas atividades produtivas do município e das íntimas relações entre trabalho e educação. Vejamos:

Com ótimo resultado vem funcionando a secção industrial de Marcenaria. Com boa produção e confeccionando moveis finos, produziu no seu fim principal resultado animador, pois todos os operários e ex-alunos que frequentaram a secção estão hoje bem collocados em marcenarias da Capital com ordenados compensadores. Na secção de Laticínios, embora funcionando irregularmente, pois que ainda não foi nomeado seu professor de Zootehcnia e Veterinária, já produziu bom resultado, que animando os fazendeiros na produção do leite bom e higienico como conseguindo aperfeiçoar os typos de queijos finos graças ás suas inumeras experiencias e seu ótimo aparelhamento. Na seccção industrial de Mechanica já se colheu o resultado de sua organização, pois após fabricar em as próprias officinas, o

ferramental e necessário aparelhamento, já está construindo geladeiras elétricas automáticas, com seus respectivos motores elétricos, torno para madeira ferragens para moveis, artigos esses de fino acabamento em nada inferior aos estrangeiros. (Jornal “Gazeta de Mococa”, 26/08/1934)

Preparo para o mundo do trabalho sob a forma capital de sociabilidade: cuidava-se da técnica, do manejo de ferramentas e materiais; cuidava-se da chamada “cultura geral” (aulas de Desenho, de Português, de Matemática); cuidava-se da higiene e do comportamento, questões ainda mais acentuadas no curso de Economia Doméstica e nas lições de Puericultura, que envolviam, além das alunas, algumas mães que freqüentavam o *Dispensário de Puericultura* mantido pela escola.

No acervo da biblioteca da escola, encontramos um livro de Psicologia, destinado apenas aos professores, que nos revela algo interessante sobre os cuidados com o “comportamento” dos educandos:

Psicologia é a ciência que estuda o comportamento do indivíduo na sua adaptação ao ambiente.

Para nós a Psicologia é extremamente prática. A Psicologia é muito útil como recurso pedagógico quando é devidamente compreendida e inteligentemente aplicada. **Compreender o comportamento não é suficiente. Como professores estudamos Psicologia para desenvolvermos no estudante uma personalidade integrada, para controlarmos e predizermos o comportamento. Com este objetivo prático, inclinamos a eliminar os comportamentos socialmente desaprovados e a construir comportamentos aprovados pela sociedade.** (BOSLOW & WEAVER, s/d, p. 15 – *Grifos nossos*)

Dentro e fora da escola, nas questões do universo do trabalho sob o capitalismo, o preparo para as técnicas se articulou às tentativas de dominação cultural-ideológica da classe dominante sobre aqueles que foram preparados para sua inserção nesse universo. A escola de ensino profissionalizante, ao cuidar especificamente do preparo para o trabalho (alienado), desempenhou, fundamentalmente, um papel de mediadora de relações sociais no processo de constituição do capitalismo no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.
- BRASIL, Inep. *O Ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936*. Rio de Janeiro, INEP, Serviço Gráfico do MEC, 1939, pg. 84.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1998.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados — o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Autores Associados, 1985.
- D’ALESSIO, Marcia Manso. *Reflexões Sobre o Saber Histórico – entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vele e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: UNESP, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. “O enfoque da dialética materialista-histórica na pesquisa educacional”. In.: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Estruturas e Sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação.” In. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2002.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia – a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- JORNAL A Mococa — década de 1930
- JORNAL Gazeta de Mococa — década de 1930
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KUENZER, Acácia. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Pesquisa em Educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e História da Educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente*. Campinas, SP: UNICAMP/FE. Tese de Doutorado. 1993
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã. (Feuerbach) 2ª tiragem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Textos sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Moraes, 1992.
- MOCÓCA-JORNAL — 1932.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH/Dep. de Sociologia, 1990.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Bertrand, 1988.
- NETTO, José Paulo. “Relendo a Teoria Marxista da História”. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação – o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.
- PALADINI, Carlos Alberto. *Assim nasceu Mococa*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 15ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (orgs). *História e História da Educação – o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.
- SHIROMA, Eneida Oto et. al. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

# **FONTES**

## **1. Material Documental Institucional**

### **1.1 Livros de Registros Gerais**

Livro Posse e Compromisso – 1931

Livro de Matrículas (MF) – 1931 a 1934

Livro de Registros de Diplomas — 1932 a 1936

Livro de Registros Gerais — 1931 a 1936

## **2. Jornais**

A Mococa — década de 1930

Gazeta de Mococa — década de 1930

Mocóca-Jornal — 1932